

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18.2021.CPL.0729651.2021.007669**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.021/2021-CPL/MP/PGJ SRP
PROCESSO SEI Nº 2021.007669**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira n.º 7995, Bairro Nova Esperança II, representado neste ato por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **GÉBER MAFRA ROCHA**, brasileiro, inscrito no CPF sob n.º 384.778.582-68, portador do RG n.º 07300891, residente e domiciliado nesta Capital, e as empresas **R7 DIGITAL INFORMATICA E SERVICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 20.788.809/0001-37, **HYPER TECHNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ N.º 40.689.972/0001-50, **CONCEPT SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS EIRELI**, inscrita no CNPJ N.º 32.894.638/0002-90, **INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ N.º 35.646.099/0001-88, **VMAX BATERIAS EIRELI**, inscrita no CNPJ N.º 07.187.128/0001-55, **CINECON DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 18.199.200/0001-80, **SOS INFORMATICA LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 31.979.529/0001-22, **COMPUSSET INFORMATICA LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 65.529.489/0001-39 e **AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 09.022.398/0001-31, DORAVANTE denominadas **FORNECEDORAS**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.023/2021-CPL/MP/PGJ-SRP**, na modalidade de Sistema de *Registro de Preços*, cujo objeto é a eventual aquisição de equipamentos, materiais e ferramentas de informática para atividades de manutenção e suporte, objetivando atender às demandas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Anexo I do Edital do referido pregão. Eis os itens registrados em favor do Fornecedor:

R7 DIGITAL INFORMATICA E SERVICOS LTDA., inscrita no CNPJ N.º 20.788.809/0001-37

GRUPO 1

Item 6 - DISCO RÍGIDO EXTERNO, USB, 1TB - Deve ser de uso externo, com conexão USB. Interface USB deve ser de versão 3.0, ou superior, com compatibilidade para utilização em equipamentos com portas USB de versões inferiores. Capacidade de armazenamento deve ser de 01 (um) Terabyte, no mínimo. Deve ser de tamanho padrão 2,5 polegadas, no máximo. Deve suportar velocidade de transferência de 4,8Gbps, ou superior. Deve ter velocidade de rotação de, no mínimo 5.400RPM. Alimentação deve ser exclusivamente através da porta USB, não sendo aceitos equipamentos que utilizem mais de uma porta USB. Deve ser compatível com sistemas operacionais Windows, versão XP e superiores, e Linux, versão 2.6 e superiores.

Marca/Modelo: ADATA/HV 320.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 20

Preço Unitário: R\$ 366,53 (trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

Item 8 - DISCO RÍGIDO EXTERNO, USB, 5TB. Deve ser de uso externo, com conexão USB. Interface USB deve ser de versão 3.0, ou superior, com compatibilidade para utilização em equipamentos com portas USB de versões inferiores. Capacidade de armazenamento deve ser de 05 (cinco) Terabytes, no mínimo. Deve ser de tamanho padrão 3,5 polegadas, no máximo. Deve suportar velocidade de transferência de 4,8Gbps, ou superior. Deve ter velocidade de rotação de, no mínimo, 5.400 RPM. Alimentação deve ocorrer através da porta USB ou fonte de alimentação externa inclusa (tensão 110v ou automática). Deve ser compatível com sistemas operacionais Windows, versão XP e superiores, e Linux, versão 2.6 e superiores.

Marca/Modelo: SEAGATE/Expansion (STEA5000402).

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 25.

Preço Unitário: R\$ 1.133,00 (um mil cento e trinta e três reais).

HYPER TECHNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ N.º 40.689.972/0001-50

Item 1 - DISCO RÍGIDO INTERNO TIPO SSD, 480GB. Deve ser de uso interno e tipo SSD (Solid State Drive). Deve utilizar interface tipo Serial ATA 600, ou superior. Capacidade de armazenamento deve ser de 480 (quatrocentos e oitenta) Gigabytes, no mínimo. Deve suportar monitoramento S.M.A.R.T. Deve ter formato padrão 2,5 polegadas. Deve ser entregue com kit de montagem para gabinetes com padrão de 3,5 polegadas. Deve suportar velocidade de gravação de 400MB/s, no mínimo.

Marca/Modelo: GOLDENFIR 480GB.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 300

Preço Unitário: R\$ 326,16 (trezentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos).

Item 2 - DISCO RÍGIDO INTERNO TIPO SSD, 240GB. Deve ser de uso interno e tipo SSD (Solid State Drive). Deve utilizar interface tipo Serial ATA 600, ou superior. Capacidade de armazenamento deve ser de 240 (duzentos e quarenta) Gigabytes, no mínimo. Deve suportar monitoramento S.M.A.R.T. Deve ter formato padrão 2,5 polegadas. Deve ser entregue com kit de montagem para gabinetes com padrão de 3,5 polegadas. Deve suportar velocidade de gravação de 400MB/s, no mínimo.

Marca/Modelo: GOLDENFIR 240GB.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 200

Preço Unitário: R\$ 187,16 (cento e oitenta e sete reais e dezesseis centavos).

CONCEPT SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, inscrita no CNPJ N.º 32.894.638/0002-90

Item 7 - DISCO RÍGIDO EXTERNO, USB, 3TB. Deve ser de uso externo, com conexão USB. Interface USB deve ser de versão 3.0, ou superior, com compatibilidade para utilização em equipamentos

com portas USB de versões inferiores. Capacidade de armazenamento deve ser de 03 (três) Terabytes, no mínimo. Deve ser de tamanho padrão 2,5 polegadas, no máximo. Deve suportar velocidade de transferência de 4,8Gbps, ou superior. Deve ter velocidade de rotação de, no mínimo, 5.400 RPM. Alimentação deve ser exclusivamente através da porta USB, não sendo aceitos equipamentos que utilizem mais de uma porta USB. Deve ser compatível com sistemas operacionais Windows, versão XP e superiores, e Linux, versão 2.6 e superiores.

Marca/Modelo: SEAGATE/STEA3000400.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 50

Preço Unitário: R\$ 773,11 (setecentos e setenta e três reais e onze centavos).

INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ N.º 35.646.099/0001-88

Item 12 - ADAPTADOR DE REDE WIFI USB. Interface USB deve ser de versão 3.0, ou superior. Velocidade wireless ultrarrápida de 1300 (867+400) Mbps com tecnologia 802.11ac. Deve suportar os padrões 802.11 A/B/G/N/AC, ou tecnologias superiores. Deve suportar os padrões de segurança WPA-PSK / WPA2-PSK (TKIP/AES), no mínimo. Deve ser compatível com sistemas operacionais Windows, versão 7 e superiores.

Marca/Modelo: TP-LINK ARCHER T4U AC1300 867MBPS.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 50

Preço Unitário: R\$ 168,27 (cento e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos).

VMAX BATERIAS EIRELI, inscrita no CNPJ N.º 07.187.128/0001-55

Item 13 - BATERIA PARA NOBREAK 12V 7Ah. Tensão nominal de 12 V; Capacidade nominal de 7,0 Ah (20h); Terminal tipo T1/T2; Dimensões máximas: 151mm (Comprimento) X 65mm (Largura) X 100mm (Altura). Bateria estacionária selada recarregável para uso em nobreak; Composição chumbo-ácido regulada por válvulas VRLA (Valve Regulated Lead Acid); Flutuação da tensão no carregamento na faixa de 13,5V a 13,9V; Livre de manutenção, dispensando adição de água ou eletrólito; Faixa de temperatura de funcionamento: -15° a 40° C; Conjunto plástico em ABS de alta resistência; Compatível com nobreak marca SMS modelo Net4+ Expert 1400 VA;

Marca/Modelo: SECPOWER/SP 12-7

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 600.

Preço Unitário: R\$ 85,50 (oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

CINECON DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ N.º 18.199.200/0001-80

Item 15 - PLACA DE MEMÓRIA RAM DDR3, 4Gb, PARA LAPTOP. Deve ser do tipo DDR3-1333/PC3-10666, ou superior; Deve possuir espaço de armazenamento de 4Gb, no mínimo.

Marca/Modelo: MC-GHT/ DDR3 4GB 1333MHZ - NOTEBOOK.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 200.

Preço Unitário: R\$ 117,50 (cento e dezessete reais e cinquenta centavos).

SOS INFORMATICA LTDA., inscrita no CNPJ N.º 31.979.529/0001-22

Item 16 - MÓDULO DE MEMÓRIA DDR3 1600MHz PC3 12800 COM CAPACIDADE DE 8GB.

Marca/Modelo: MACROWAY/DDR3 1600 8GB.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 200.

Preço Unitário: R\$ 198,80 (cento e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Item 18 - MÓDULO DE MEMÓRIA DDR4 2400 MHZ PC4 19200 SODIMM COM CAPACIDADE DE 8GB PARA NOTEBOOK.

Marca/Modelo: MACROWAY/DDR4 2400 8GB NOTEBOOK.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 20.

Preço Unitário: R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais).

COMPUSET INFORMATICA LTDA., inscrita no CNPJ N.º 65.529.489/0001-39

Item 17 - PLACA DE MEMÓRIA RAM DDR4, 8Gb, PARA DESKTOP. Deve ser do tipo DDR4-2133/PC4-17000, ou superior; Deve possuir espaço de armazenamento de 8Gb, no mínimo.

Marca/Modelo: EASY MEMORY/8GB DDR4 2133MHZ.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 100

Preço Unitário: R\$ 219,00 (duzentos e dezenove reais).

AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ N.º 09.022.398/0001-31

Item 19 - WEBCAM HD 1080p. Interface: USB 2.0, de alta velocidade ou superior; Resolução: Vídeo em Full HD de 1080p em 30fps; Caputa de fotos: mínimo 3,0 megapixels Suporte a compressão de vídeo H.264; Microfone: 2x embutido com redução de ruídos automáticos no padrão Omnidirecional; Campo de visão: 78º ou superior; Zoom digital de 1.2x ou superior; Autofoco; Correção automática de pouca luz; Compatibilidade: Sistemas Operacionais Windows 7, 8 e 10; Base tipo clipe e rosca com possibilidade de fixação em tela de notebooks, monitores, mesa ou tripé; Acompanhar cabo de alimentação USB entre 1,20 m e 1,90 m.

Marca/Modelo: LOGITECH C925e.

Unidade: unidade.

Qtd. Estimada: 500.

Preço Unitário: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA:

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

Subcláusula única: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira: O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda: Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira: Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO:

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Entregar os produtos embalados, de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Segunda. Os materiais deverão ser industrializados, de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhados de guias e manuais de utilização e de cabos e conectores, além de mídias e licenças dos softwares necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Terceira. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no endereço indicado pela CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quinta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** julgar necessário;

Subcláusula Sexta. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sétima. A CONTRATADA deverá fornecer, na entrega do objeto, um **CERTIFICADO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando que os referidos materiais estão cobertos por garantia, de acordo com as exigências constantes no Item 7 do Termo de Referência n.º 8.2021.DTIC.0643725.2021.007669 e o modelo de certificado de garantia apresentado no ANEXO II do mesmo documento.

Subcláusula Oitava. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à contratação.**

I - Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes poderão ser convocados para celebrar o ajuste, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA:

As solicitações do material serão efetuadas pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -DTIC**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. A futura CONTRATADA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a qual ocorrerá em dias úteis, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, nº 7.995 – Nova Esperança II (Ponta Negra)
CEP. 69037- 473 / Manaus-AM

Subcláusula Terceira. A entrega dos materiais permanentes deverá ser previamente agendada com o SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT pelo telefone (92) 3655-0767 ou e-mail material@mpam.mp.br.

Subcláusula Quarta. Os materiais de consumo deverão ser recebidos pela SEÇÃO DE ALMOXARIFADO - SEAL, pelo telefone (92) 3655-0765 ou e-mail almoxarifado@mpam.mp.br, e posteriormente encaminhados ao SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES-SIET para o atesto dos materiais.

Subcláusula Quinta. Para cada pedido, a entrega deverá ser de uma só vez, não sendo admitida entrega parcelada. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 73 da Lei no 8.666/93, e ocorrerá da forma prevista no subitem 5 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DTIC.0643725.2021.007669.

Subcláusula Sexta. No que couber, a futura contratada deverá garantir total integridade do produto, objeto desta licitação, desde o seu início até a sua entrega final. Devendo atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade, observando-se, rigorosamente, as características especificadas.

Subcláusula Sétima. A execução dos serviços e/ou a entrega do objeto contratado deverá ser realizada, observando-se as diretrizes do Termo de Referência.

Subcláusula Oitava. O Recebimento Provisório não constitui aceitação dos mesmos.

Subcláusula Nona. O Recebimento Provisório ou Definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

Subcláusula Décima. Os materiais que apresentarem desconformidades com as exigências requisitadas não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente retirados pela CONTRATADA, sem ônus para a PGJ-AM, e substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação formal da CONTRATANTE/ADQUIRENTE, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório e seus anexos;

Subcláusula Décima Primeira. A CONTRATADA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93, durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Décima Segunda. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Subcláusula Décima Terceira. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o material fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Décima Quarta. Todos os produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade, DEVENDO os materiais, no que couber, estar acompanhados dos respectivos manuais e termos de garantia dos equipamentos. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Décima Quinta. A CONTRATADA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Décima Sexta. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Décima Sétima. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões de Regularidade para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de Regularidade Trabalhista e perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a

serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} = I = \frac{6/100}{365} = I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%”.

Subcláusula Quarta. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Primeira. Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, sem justificativa aceita pela Administração:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
- f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;
- g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- h) não mantiver a proposta.

Subcláusula Segunda. Para os fins da subcondição da alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Terceira. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multas percentuais, nos termos estabelecidos no Edital;
- III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei n.º 8.666/93;
- V. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Subcláusula Quarta. Se a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas previstas no no item 11 do **Termo de Referência N° 8.2021.DTIC.0643725.2021.007669**.

Subcláusula Quinta. O atraso superior a 15 (quinze) dias corridos será considerado como inexecução total e sujeitará a CONTRATADA, além da multa à rescisão unilateral do ajuste pela Administração e aplicação das sanções cabíveis.

Subcláusula Sexta. As multas de que trata o presente item serão entendidas como independentes e cumulativas;

Subcláusula Sétima. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Oitava. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública **poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente as de multa, as quais, por sua vez, poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

Subcláusula Nona. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL:

Subcláusula Primeira: O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Subcláusula Segunda: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira: Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta: Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS:

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na CLÁUSULA NONA supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

O Ordenador de Despesas da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA** delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÃO – SIET / DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC** para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira: Compete ao órgão gerenciador:

- a) Administrar a presente Ata; e
- b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

Subcláusula Segunda: Compete às Entidades Participantes destinatários:

- a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;
- b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado;
- c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei; e

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira: Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no item 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2021.SCMP.0646175.2020.016913,, Anexo I, as seguintes obrigações:

- a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, os materiais relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços;
- b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do edital parte integrante desta Ata de Registro de Preços;
- c) Entregar/instalar/remanejar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do edital;
- d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
- e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;
- f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata; e
- g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultado ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS a aplicação das penalidades previstas neste ajuste, caso não aceitas as razões do pedido.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento, será feita por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO:

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Subcláusula Primeira: A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda: Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS poderá, ou não, contratar o objeto deste instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO:

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico n.º 4.021/2021-CPL/MP/PGJ-SRP e as propostas dos Fornecedores.

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 322/2007, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e das demais normas legais aplicáveis.

MANAUS, 22 de novembro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

R7 DIGITAL INFORMATICA E SERVICOS LTDA.

CNPJ N° 20.788.809/0001-37
REPRESENTANTE LEGAL: **ANDRÉ FELIPE RIBEIRO FERNANDES**
CPF N.º 010.132.489-88

HYPER TECHNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS EIRELI

CNPJ N° 40.689.972/0001-50
REPRESENTANTE LEGAL: **FELIPE CARVALHO QUERINO**
CPF N.º 039.659.691-61

CONCEPT SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS EIRELI

CNPJ N° 32.894.638/0002-90
REPRESENTANTE LEGAL: **CAROLINA ANGELO DA SILVA ARRUDA**
CPF N.º 046.569.904-93

INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ N° 35.646.099/0001-88
REPRESENTANTE LEGAL: **ELVIO SVAIGEN DA SILVA**
CPF N.º 020.684.669-02

VMAX BATERIAS EIRELI

CNPJ N° 07.187.128/0001-55
REPRESENTANTE LEGAL: **ALESSANDRA RODRIGUES DOS SANTOS GUIOTTI**
CPF N.º 787.332.001-49

CINECON DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ Nº 18.199.200/0001-80
REPRESENTANTE LEGAL: **LETÍCIA ALVES DE ANDREIA**
CPF N.º 075.341.309-48

SOS INFORMATICA LTDA.
CNPJ Nº 31.979.529/0001-22
REPRESENTANTE LEGAL: **CELSO TERNES**
CPF N.º 317.669.789-91

COMPUSSET INFORMATICA LTDA.
CNPJ Nº 65.529.489/0001-39
REPRESENTANTE LEGAL: **EDUARDO TORRES DE MATOS**
CPF N.º 055.294.128-07

AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ Nº 09.022.398/0001-31
REPRESENTANTE LEGAL: **ALEXANDRE AUGUSTO SILVA MELO**
CPF N.º 041.501.186-80



Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 22/11/2021, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elvio Svaigen da Silva, Usuário Externo**, em 22/11/2021, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Torres de Matos, Representante Legal**, em 22/11/2021, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE CARVALHO QUERINO, Usuário Externo**, em 22/11/2021, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LETICIA ALVES DE ANDREIA, Usuário Externo**, em 22/11/2021, às 14:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Augusto Silva Melo, Usuário Externo**, em 22/11/2021, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WANIA CORREA DE ARAUJO OLVEIRA, Usuário Externo**, em 23/11/2021, às 09:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Felipe Ribeiro Fernandes, Usuário Externo**, em 23/11/2021, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Angelo da Silva Arruda, Usuário Externo**, em 23/11/2021, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link
http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **0729651** e o código CRC **8E16C432**.

2021.007669

v4